



CAMPANHA SALARIAL 2017

CATEGORIA ABRE A LUTA PARA MELHORAR SALÁRIOS E DESTRAVAR O PLANO DE CARGOS

Os trabalhadores em todo o Estado aprovaram a «Pauta de Reivindicações» da categoria, que será negociada com a Copasa para o Acordo Coletivo de Trabalho 2017.

As reivindicações das assembleias realizadas em todo o Estado estão sendo compiladas e organizadas com base jurídica para que possam ser encaminhadas à direção da Copasa, para análise e marcação das reuniões para o processo de negociação.

Nossa data-base é 1º de maio e nos primeiros dias do mês saberemos qual é a inflação acumulada pelo INPC equivalente a 12 meses. A estimativa é

de que este índice fique em torno de 4,5%.

Logo que o documento formatado seja concluído e entregue à empresa, publicaremos para que os trabalhadores possam acompanhar o processo de negociações.

Ao mesmo tempo em que abrimos nossa campanha salarial, estaremos concluindo o processo de implantação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários.

Fique atento! Esta é a hora de garantirmos nossos direitos e salários dignos.



Agora é nossa vez. Vem pra luta vem!

DIA 15 FOI SUCESSO, DIA 31 TEM MAIS!



A indignação dos trabalhadores e da população com as reformas trabalhistas e da Previdência e privatização de estatais ganha as ruas.

Dia 15 foi dado um recado firme de mobilização e no próximo dia 31 voltaremos às ruas contra os golpes em nossos direitos trabalhistas e sociais.

Confira. Páginas 4 e 5

Dia Mundial da Água

Continuamos a cobrar responsabilidade dos entes públicos para que possamos proteger mananciais hídricos e implementar medidas necessárias para a universalização do saneamento.

O setor de saneamento está sendo bombardeado por propostas golpistas de privatização e as sociedades organizadas precisam de mobilização cada vez mais intensa para proteger os direitos do povo aos serviços.

Páginas 7 e 8



Fantasma da ditadura ressuscitam dentro do Congresso Nacional

José Maria dos Santos

Presidente do SINDÁGUA-MG

As movimentações no Congresso Nacional ressuscitam os fantasmas da ditadura para explicar o pleno controle de um governo golpista e autoritário sobre deputados e senadores que emporcalhados na mesma lama de oportunismo e entreguismo.

Mesmo com todas as denúncias de corrupção, de pânico geral de parlamentares e governistas sempre que a Polícia Federal sai às ruas, os três poderes da República parecem irmanados na intenção de prejudicar os direitos trabalhistas consagrados na CLT e sepultar de vez a expectativa de aposentadoria com o golpe sobre a Previdência Social.

A resposta a esta tragédia social que vem sendo construída a plena velocidade, golpe sobre golpe, só pode ser uma: a reação urgente de toda a sociedade brasileira, se não quisermos ver nosso País atolado na miséria e a violência social em larga escala.

Continuar trabalhando com todos os direitos trabalhistas e sociais sequestrados pelos golpistas resgata a exploração dos trabalhadores ao nível da escravidão mais requintada, patrocinada pelo Estado em favor do lucro empresarial e de banqueiros. Para impedir o caos social, devemos convocar a todos, trabalhadores, familiares, amigos, para mostrarmos nossa força, nossas armas de luta e disposição para defender o Brasil destas reformas monstruosas.

CAMPANHA SALARIAL

Nossa categoria inicia a luta pelo Acordo Coletivo de Trabalho 2017 com a mesma disposição de todos estes anos, em que obtivemos conquistas justas para os trabalhadores.

A “Pauta de Reivindicações” foi discutida e aprovada em assembleias em todo o Estado. Neste momento voltamos a convocar os trabalhadores para a necessária mobilização, amparando o



Sindicato para o processo de negociações com a empresa. É importante estarmos unidos para garantir um acordo justo e reconstruir a empresa com uma administração de cargos e salários transparente, com o novo PCCS, que esperamos ver aprovado com as indicações feitas nos estudos para formulação do documento.

Após colaborarmos para uma recuperação consistente da empresa, entendemos que agora é a vez de olharem para os trabalhadores, que dão qualidade aos serviços e zelam pela reputação conquistada pela Copasa entre todas as empresas de saneamento.

SINDICATO COBRA NOVO RUMO PARA CONCLUIR UM PCCS QUE ATENDA MELHOR A CATEGORIA

A proposta de PCCS elaborada pela Comissão de Estudos foi concluída na última quarta-feira, 23 de março. Os representantes do SINDÁGUA na comissão protocolaram ofício afirmando a posição de não ter “elementos suficientes para deliberação de aprovação ou mesmo rejeição da proposta”, alegando que não temos uma visão completa de todo o escopo da proposta do PCCS. Além disto, cobrou negociações diretas entre o SINDAGUA e a direção da empresa antes que a proposta seja encaminhada à diretoria executiva e ao Conselho Deliberativo da Copasa.

Esta deliberação foi tomada pela diretoria plena do SINDÁGUA em reunião no dia 2 de março, que fez sugestões, já apresentadas pelo Sindicato à Copasa. Uma das propostas aponta a necessidade de utilização de parâmetros uniformizados na avaliação de trabalhadores, tanto operacionais quanto administrativos. Esta preocupação busca aplicar uma política mais transparente nos processos de promoção, mudança de especialidade, transferência e seleção interna, de forma a definir uma política justa para o crescimento profissional dentro da

empresa. Foi sugerido que a empresa destine, no mínimo, 1% da folha de pagamento como dotação orçamentária para os processos de promoção, progressões e seleções internas.

Reforçamos uma das maiores demandas dos trabalhadores em todo o Estado para o fim da política de porte. Denunciamos que no projeto fica demonstrado que o fim da política de porte está condicionado a revisão da tabela salarial da empresa, pois as diferenças salariais entre empregados com as mesmas funções e cargos são resultantes da política equivocada de portes. Portanto, para fim da política de portes, é necessário ter uma reavaliação da tabela, promovendo a diminuição das diferenças salariais, ou seja, corrigindo a tabela para que os trabalhadores de portes menores consigam melhoras de imediato, para terem perspectivas de isonomia salarial no menor prazo.

Todos os argumentos que apontam esta preocupação do Sindicato podem ser vistos no ofício 32/2017, disponibilizado no site do SINDAGUA.

Entre as informações cobradas pelo Sindicato à empresa, destacamos as seguintes:

- 1- Descritivos das 16 competências definidas para a avaliação de desempenho por cargo e função;
- 2- Matriz que define a hierarquização dos cargos para efeito das avaliações de desempenho, para identificação de quais serão os cargos dos avaliadores e quais cargos serão avaliados.
- 3- Matriz de cargos/funções da COPASA;
- 4- Tabela de pontuação de cargos da COPASA;
- 5- Tabela salarial com as determinadas posições dos grupos cargos/funções e posições funcionais.
- 6- Matriz que define os grupos funcionais, os cargos e as funções. Além do enquadramento de cada cargo/função dentro da tabela salarial de acordo com a faixa salarial e níveis.
- 7- Gráfico de curva salarial atual e do PCCS Revisado;
- 8- Gráfico da curva de tendência dos salários do PCCS revisado;
- 9- Posição sobre os casos de enquadramento de cargos na tabela salarial e a descrição da estratégia de adequação pensada para realizar a implantação do PCCS.



CAMPANHA SALARIAL

2017/2018

SINDAGUA-MG | SENGE-MG | SAEMG

Na campanha salarial deste ano o Sindicato volta a cobrar da Copasa medidas que reclamamos com insistência pela reposição de vagas abertas com o PDVI e aposentadorias, reestruturação e melhores condições de trabalho, além da recuperação dos salários não apenas pela inflação acumulada, mas para ajustá-los para eliminar desequilíbri-

os na tabela salarial. Cobramos o reconhecimento do desempenho dos trabalhadores para superarmos uma crise profunda dos últimos anos.

Deveremos ter uma inflação acumulada em torno de 4,5% na data-base de 1º de maio e buscamos um ganho real em percentual a ser apresentado pelo Dieese e que divulgaremos oportunamente aos trabalhadores junto com a Pauta de

Reivindicações aprovada nas assembleias realizadas em todo o Estado entre os dias 20 a 24 de março.

Este é o momento de reforçarmos nossa unidade e mobilização, para fortalecer o Sindicato na mesa de negociações com a empresa. Fiquem atentos para eventuais chamadas de assembleias, participando ativamente da construção do Acordo Coletivo de Trabalho 2017.

Mudanças de cálculos da PL deverão ser discutidas pelos trabalhadores

As regras para definição do valor da Participação nos Lucros (PL) serão objeto de discussão entre os Sindicatos e a Copasa em breve. A direção da Copasa já apontou seu desejo de mudar a fórmula de cálculo do valor, seguindo, mais ou menos, uma mesma linha de raciocínio das mudanças para definir os 2% de resíduo da GDI.

Consideramos que, dos três fatores hoje existentes para calcular a PL, dois sacrificam demasiadamente os trabalhadores: o ROFI (Resultado Operacional Financeiro) e o LIEM (Ligações por Emprego). Enquanto o primeiro foge completamente ao controle dos trabalhadores, no segundo, uma política de pouca expansão da Copasa pode penalizar a todos, que ficam com um coeficiente menor de número de ligações por empregado. O terceiro item, REPI (Realização do Programa de Investimentos), também depende mais de decisões dos gestores da empresa e do Estado do que propriamente do desempenho dos trabalhadores. Em suma, esta cesta de fatores para medir o desempenho e atingimento de metas da empresa foge completamente do esforço do conjunto de trabalhadores e ficamos à mercê das decisões administrativas dos gestores da empresa.

O fator que pretendem copiar da GDI para aplicação no cálculo de valor da PL é o "Ebitda". O termo, do inglês "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization", significa "Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização", por isto conhecido entre nós também como "Lajida".

Através do Ebitda o mercado vê o resultado final das empresas abertas e que participam do mercado aberto em bolsa de valores, através dos valores das ações, que representam o desempenho das organizações, diagnóstico necessário para a segurança dos investidores.

Fica claro para nós, trabalhadores, que precisamos definir com responsabilidade os parâmetros deste indicador, pois nele estão incrustados os interesses de acionistas e qualquer variação de resultados por fatores de gestão ou de mercado irá nos afetar diretamente. A empresa pretende discutir conosco um valor mínimo de Ebitda, que normalmente credencia financeiramente organização diante do mercado, mas devemos exigir da empresa que estabeleça um piso mínimo para pagamento da PL, ou seja, um percentual

mínimo para distribuição do lucro para os trabalhadores.

Esta discussão deve ganhar corpo brevemente em reuniões da empresa com os sindicatos e tendo a assessoria do Dieese como nosso suporte técnico, de forma a preservar um valor correto da nossa PL.

RESULTADOS DE 2016 SÃO MUITO POSITIVOS

Os resultados da Copasa apresentados no Balanço Financeiro e Operacional de 2016 superaram todas as expectativas. Enquanto em 2015 a Copasa amargou um prejuízo de R\$ 11,592 milhões, ao final de 2016 o lucro líquido deu um salto fabuloso para R\$ 434,161 milhões, o que permitiu à empresa distribuir aos acionistas R\$ 119,9 milhões ao longo dos quatro trimestres.

Certamente, tivemos uma boa recuperação após superar uma crise hídrica medonha em 2015, mas os resultados de 2016 tiveram também o fator importante da melhoria de desempenho operacional. Uma relação importante para medir isto, o número de empregados por ligação teve uma queda de 8,2%, o que representa maior eficiência. O resultado operacional da empresa alcançou R\$ 801.237 milhões em 2016, contra R\$ 314.126 milhões de 2015, ou seja, um crescimento de 155,1%.

Como se vê, a empresa dá um salto de eficiência e de sustentabilidade. Suas ações evoluíram 145%, enquanto a Bovespa alcançava apenas 45% no mesmo período. Considerando as ações em 1º de janeiro/2016, a evolução atingiu 239%. O Ebitda ajustado ao final de 2016 chegou a 36,1% contra apenas 30,3% em 2015.

Os números permitem aos trabalhadores cobrarem a recompensa pelo desempenho nas negociações do Acordo Coletivo de Trabalho 2017, como também nas novas regras para estabelecer o pagamento pela Participação nos Lucros (PL).

DIFERENÇA DE PL DE 2016

No ano passado obtivemos uma grande vitória com o repasse aos trabalhadores em outubro da antecipação de PL, como feito para os acionistas. No final de abril, os trabalhadores receberão a diferença residual, integralizando os 6,25% do lucro líquido global de R\$ 434 milhões, ou seja 25% do lucro distribuído aos acionistas. Assim que tivermos os números oficiais, divulgaremos pelo boletim do Sindicato.

Trabalhadores da Copasa mostram u

O avanço da pauta golpista, com a aprovação da terceirização irrestrita pela Câmara dos Deputados (leia ao lado), mostra que a nossa luta e resistência não tem tréguas. É hora de a classe trabalhadora e a população em geral construir a mais ampla mobilização para derrotar, nas ruas e nos locais de trabalho, as reformas da Previdência e trabalhista que o governo ilegítimo de Michel Temer quer nos impor, além da terceirização. As manifestações do dia 15 de março, que ocuparam as ruas das capitais e de várias cidades do país, reunindo milhares de pessoas, demonstraram que o povo brasileiro não aceita o roubo de direitos históricos conquistados com muita luta.

Temos que ampliar a mobilização e ir novamente às ruas, contra as reformas golpistas. Em 15 de março, os trabalhadores e trabalhadoras da Copasa, convocados pelo SINDÁGUA, mostraram força e união no Dia Nacional de Paralisação, quando engrossaram a manifestação histórica que reuniu mais de 100 mil pessoas em Belo Horizonte, para protestar contra as reformas da Previdência Social (PEC 287) e trabalhista, que ameaçam destruir a aposentadoria e outros direitos da classe trabalhadora e do povo brasileiro. Eles repudiaram também a privatização do saneamento.

Na Copasa, grupos de trabalhadores paralisaram suas atividades, de manhã, e saíram de unidades na capital (Cercadinho e distritos Sul, Leste e Norte) e na Região Metropolitana (Ibirité, Contagem, Betim, Nova Lima, Santa Luzia, Ribeirão das Neves e Pedro Leopoldo) para se juntarem ao pessoal da Regional, na portaria da sede da empresa, no bairro Santo Antônio. O



Manifestação dos trabalhadores da Copasa em Belo Horizonte

protesto reuniu mais de mil trabalhadores da empresa, que saíram em passeata até a Praça Sete, onde se encontraram com milhares de manifestantes que já estavam no local. Trabalhadores da Copasa também participaram de manifestações em cidades do interior, como Divinópolis, Barbacena, Caratinga, São Sebastião do Paraíso e Piranga.

A manifestação na capital, convocada pela Central Única dos Trabalhadores de Minas Gerais (CUT/MG) e demais centrais, contou com a participação de dezenas de categorias, organizadas por sindicatos, federações e confederações, as Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, estudantes, dirigentes e militantes de movimentos sociais. Em passeata, os manifestantes deixaram a Praça da Estação, passaram pelas praças Sete e Raul Soares, e seguiram até a

Assembleia Legislativa (ALMG), onde foi realizada audiência pública contra a reforma da Previdência Social.



Divinópolis: em defesa da aposentadoria



Ato público em Piranga



Dirigentes do SINDÁGUA tiveram participação ativa



Paralisação em São Sebastião do Paraíso

nião e vão às ruas



O Deapes também participou do ato público em BH



Passeata mobilizou milhares de trabalhadores na capital



Manifestação em Caratinga

Araxá: contra reforma da Previdência



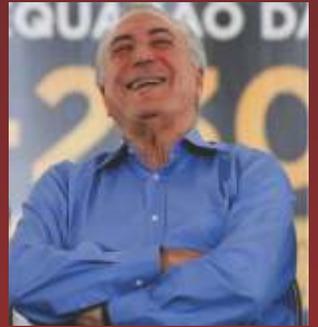
Barbacena: nenhum direito a menos

TERCEIRIZAÇÃO

golpeia os empregos com direitos e escancara a exploração

PL 4302 que terceiriza todas as atividades das empresas é aprovado pela maioria da Câmara dos Deputados

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM), fez o serviço sujo para o governo golpista e para contemplar a ganância dos patrões pelo lucro. O deputado "democrata" tirou da gaveta o Projeto de Lei (PL) 4302, proposto em 1998 no Governo Fernando Henrique Cardoso, para esquartejar a legislação trabalhista e permitir que as empresas possam terceirizar qualquer atividade.



O que estava em discussão era o PL 4330, que recebeu emendas e preservava atividades fins, mas o presidente do "parlamento" desengavetou o projeto de 19 anos e o colocou em votação a toque de caixa, sendo, na prática, "uma mini-reforma trabalhista regressiva que permite a terceirização de todos os trabalhadores e todas as trabalhadoras, atacando todos os seus direitos, como férias, 13º Salário, jornada de trabalho, garantias de convenções e acordos coletivos", como denuncia a CUT nacional em carta aberta neste dia 23.

A central está conclamando "toda a classe trabalhadora, as demais centrais sindicais, todos os setores da sociedade que compreendem que os direitos trabalhistas são parte essencial dos direitos humanos, à mais ampla mobilização para derrotar, nas ruas e locais de trabalho, esse golpe desferido com a aprovação da terceirização em todas as atividades das empresas, abrindo a via para transformar empregos formais e regulamentados em "bicos" de trabalho precário, temporário e parcial, com salários e direitos rebaixados, inclusive na administração pública".

A terceirização desenfreada abre as portas para o retorno à maior exploração dos trabalhadores, demitindo aqueles com carteiras assinadas, com direitos sociais, para contratar outros que forneçam notas fiscais e que se incumbam de pagar os custos do próprio trabalho.

O governo golpista e um Congresso Nacional investigado pela mais volumosa e escandalosa onda de corrupção da história do País continuam tratorando nas iniciativas de suprimir os direitos e partem agora para sepultar a Previdência Social e rasgar a CLT nas reformas propostas por Temer.

31 de março

DIA NACIONAL DE MOBILIZAÇÃO

A CUT está convocando toda a classe trabalhadora para o "DIA NACIONAL DE MOBILIZAÇÃO", em 31 de março, e prepara uma **GREVE GERAL** para o mês de abril, para combater a PEC 287 (Reforma da Previdência) e o PL 6787 (Reforma Trabalhista) que sepulta a CLT.

ELEIÇÕES DOS CONSELHOS

PARTICIPANTES DA COPASS SAÚDE ELEGEM MUDANÇAS PARA UM PLANO MAIS JUSTO

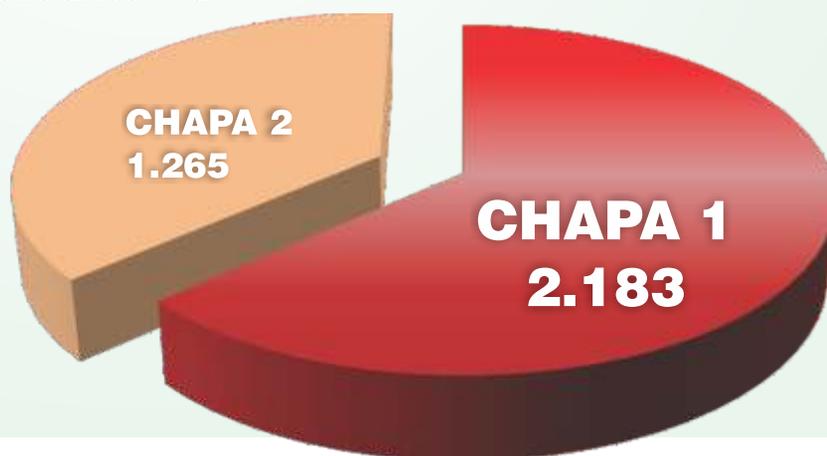
O resultado eleitoral para definir nossos representantes nos conselhos de Gestão e Fiscal da Copass Saúde dá um importante recado sobre a insatisfação com vários aspectos administrativos de nosso Programa de Saúde. A chapa 1 foi eleita com quase o dobro dos votos da concorrente, composta por atuais integrantes dos conselhos. Foram 2.183 votos para a chapa vitoriosa, contra apenas 1.265 da segunda colocada.

José Maria, presidente do SINDÁGUA, que tem vários diretores integrantes na chapa vitoriosa, afirma que os participantes começam a ficar sufocados com os percentuais de aumento das contribuições à Copass Saúde, além de problemas de credenciamento de prestadores de serviços,

clínicas e hospitais, sobretudo no interior do Estado. Alega que a falta de uma discussão maior de parâmetros para aplicar os aumentos certamente influenciaram na vitória de propostas de mudanças.

O Sindicato cobrará dos novos integrantes dos conselhos um processo mais transparente na gestão do Programa de Saúde, de forma que a discussão possa ser ampliada para todos os trabalhadores e dependentes beneficiários da

Copass. Zé Maria, afirma que “não se deve considerar derrota daqueles que votaram na chapa derrotada, pois o interesse em um plano saudável beneficia toda as nossas famílias, para continuarmos a ter um Programa de Saúde de auto-gestão sem visar lucros, cujo principal objetivo é assistir a todos sem nos penalizar com os preços exorbitantes do mercado de saúde”.



Acordo Coletivo na Copanor evolui e garante verbas retroativas

Após uma grande demora no processo de negociações, finalmente foi selado o Acordo Coletivo de Trabalho entre a Copanor e o SINDÁGUA, com aprovação em assembleia dos trabalhadores e assinado entre as partes no último dia 16 de março.

Os salários e o tíquete alimentação foram reajustados em 8,5% a partir de 1º de novembro de 2016. Com isto, os trabalhadores terão junto com os

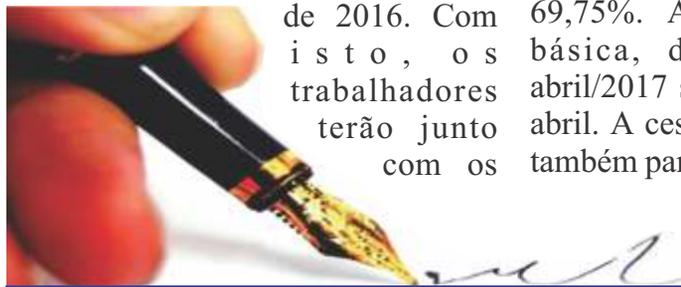
salários de março o pagamento das diferenças dos meses de novembro, dezembro e 13º salário de 2016, além de janeiro a fevereiro/2017. O valor mensal dos tíquetes alimentação foi reajustado para R\$ 299,04 (22 de R\$ 13,59).

As negociações da cesta básica alcançaram um resultado ainda melhor, com o valor saltando de R\$ 58,91 para R\$ 100,00, um reajuste de 69,75%. As diferenças da cesta básica, de novembro/2016 a abril/2017 serão pagas no dia 28 de abril. A cesta básica será concedida também para trabalhadores afastados pelo INSS até 12 meses.

Em 15 de dezembro, os

trabalhadores com salários até R\$ 2.092,61 receberão ainda uma “cesta de Natal” no valor de R\$ 100,00.

Duas conquistas importantes podem vir também nos próximos meses. Na primeira, foi assumido o compromisso da empresa em fazer estudos, num prazo de dez meses, para pagamento aos trabalhadores de uma Gratificação para Dirigir Veículos (GDV). Na outra, fica o compromisso da Copanor de pagar os adicionais de periculosidade ou insalubridade a partir de laudo técnico a ser realizado para identificar as condições de trabalho que estejam sujeitas ao pagamento por lei.





Dia Mundial da Água

SINDÁGUA MG



22 de Março

Água é Vida

Privatização ameaça universalização do saneamento e direito a água potável

A luta contra a privatização das empresas estaduais de saneamento ganha força extra em março, com o Dia Mundial da Água (22/3), momento ideal para ampliar as discussões sobre os ataques que o setor sofre com as propostas nefastas do governo ilegítimo de Michel Temer. As ameaças dos golpistas atingem em cheio a universalização do saneamento, colocando em risco o acesso à água potável e ao esgotamento sanitário como direito humano, essencial para a saúde pública.

É escandalosa a pressão feita pelo governo federal para a privatização das empresas públicas, a qualquer custo e a toque de caixa, impondo uma agenda golpista que visa a redução do Estado e a entrega do patrimônio público. Os trabalhadores da Copasa devem ficar atentos aos novos capítulos do Programa de Parcerias de Investimento (PPI) e também da ajuda da União aos estados em situação financeira difícil.

O governo do Rio de Janeiro foi o primeiro a aderir, entregando a Cedae (Companhia Estadual de Águas e Esgoto) à sanha privatista de Temer e seus asseclas. O projeto de lei entreguista foi aprovado pela Assembleia Legislativa (Alerj), por 41 votos a 28, e sancionado pelo governador Luiz Fernando Pezão.

Esta foi a principal exigência do governo de Temer para

viabilizar o acordo de recuperação fiscal do Estado, que prevê a suspensão da dívida do Rio com a União e empréstimo de R\$ 3,5 bilhões, em troca da Cedae e de medidas de arrocho que vão prejudicar os servidores do Estado e a população em geral.

Bem avaliada pelas agências internacionais de classificação de risco de investimento, como a Fitch Ratings e Standard & Poors, a Cedae está listada entre as 100 maiores empresas do país, de acordo com levantamento do jornal “Valor Econômico”.

Em 2016, a empresa teve lucro líquido de R\$ 370 milhões, um aumento de 48% em relação ao lucro de 2015 (248 milhões). Desde 2008, a empresa vem acumulando lucro.

As principais vítimas da privatização da Cedae serão as populações pobres que têm direito à tarifa social. Estudos apontam que a entrega da empresa à iniciativa privada irá aumentar em pelo menos 70% as tarifas de distribuição da água potável.



Em Minas, ‘venda’ depende do aval da população e da Assembleia Legislativa

Em Minas Gerais, a privatização da Copasa e da Cemig depende do aval da Assembleia Legislativa (ALMG) e de referendo da população mineira. Em outubro de 2001, o então governador Itamar Franco promulgou a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 50, estabelecendo que, para vender integral ou parcialmente as duas empresas, haverá a necessidade de plebiscito e de aprovação por 48 dos 77 deputados estaduais.

O governador Fernando Pimentel já

afirmou e reafirmou que não pretende privatizar os principais ativos do Estado, a Copasa e a Cemig.

A pressão do governo federal, porém, é imensa e se vale do crescimento da onda conservadora para tentar atingir os objetivos danosos de entrega do patrimônio brasileiro à iniciativa privada. Temer pretende que o acordo com o Rio sirva de protótipo para o acerto com os outros estados, com Minas e Rio Grande do Sul, que, assim como o Rio, também estão em situação de calamidade financeira.

No Rio Grande do Sul, onde o governo de Temer pôs o olho grande em cima do principal ativo estadual, o banco Banrisul, a Assembleia Legislativa já discute a derrubada da obrigatoriedade de plebiscito para a venda de empresas estatais, entre elas a Corsan, empresa de saneamento do Estado, e a CEEE, de energia elétrica.

ÀGUA É VIDA AGUA É TUDO

Entrega da Cedae acende sinal de alerta em outros estados

A capitulação do governo do Rio de Janeiro às propostas irresponsáveis do governo Temer só fez crescer a luta em defesa da água e contra a privatização da Cedae e de outras empresas públicas de saneamento. No Rio, a resistência é feita com atos públicos e manifestações reunindo vários setores da sociedade.

Uma dessas manifestações é o abaixo-assinado com milhares de assinaturas solicitando a intervenção do Ministério Público no processo que autorizou a venda da empresa, sob a alegação de que a aprovação na Alerj aconteceu de forma inconstitucional, antidemocrática e antiética.

Outros estados também estão mobilizados e fazem campanhas contra os ataques do governo Temer às suas empresas públicas de saneamento. As ameaças mais contundentes atingem dois alvos no Nordeste: a Companhia de Saneamento de Sergipe (Deso) e a Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (Caema), incluídas no novo pacote de privatizações do Programa de Parcerias de Investimento (PPI), lançado no início de março.

Em Sergipe, o sindicato local, Sindisan, faz campanha incessante para barrar a sanha privatista do governador Jackson Barreto (PMDB), disputando espaço na mídia,

mobilizando os trabalhadores e a população para o fortalecimento da Deso como empresa pública e contra a privatização da água e do saneamento.

No caso da Caema, também incluída no último pacote do PPI, o governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), reafirmou que a empresa não será privatizada em sua gestão. Mesmo assim, o sindicato local, Stiu-MA, continua mobilizando a população para ficar vigilante contra a privatização do saneamento.

O novo pacote do PPI golpista de privatizações inclui 14 empresas estatais de saneamento (coleta e distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto): além da Caema e da Deso, foram listadas Sanacre (Acre), Caesa (Amapá), Casan (Santa Catarina), Casal (Alagoas), Cagece (Ceará), Cagepa (Paraíba), Compesa (Pernambuco), Caern (Rio Grande do Norte), Embasa (Bahia), Agespisa (Piauí), ATS (Tocantins) e Cosama (Amazonas). Os editais e os leilões estão previstos para 2018. Outros alvos são a Cosanpa (Pará) e a Caerd (Rondônia).

O acesso à água potável e ao saneamento básico é um direito humano essencial, e não uma mercadoria. Por isso, não pode ser usado como moeda de troca para tentar minimizar a situação de calamidade financeira em que se encontram vários estados brasileiros, em função de descabros cometidos por governantes que só pensam em seus interesses.



ÁGUAS RESIDUAIS

O tema deste ano do Dia Mundial da Água é ilustrativo da luta contra a privatização do saneamento. Trata-se de águas residuais, ou esgoto, como são popularmente conhecidas, recursos hídricos utilizados em atividades humanas, tornando-se impróprios para o consumo.

A data foi criada pela ONU (Organização das Nações Unidas), em 1992, para fomentar a discussão e as ações sobre a necessidade da consciência ambiental e proteção dos recursos naturais, cada vez mais evidentes com o superaquecimento global, o processo contínuo de poluição e degradação ambiental e a rápida diminuição dos recursos hídricos.

A grande maioria das águas residuais das casas, cidades, indústrias e agricultura retorna à natureza sem ser tratada ou reutilizada, poluindo o meio ambiente. Esse retorno deve ser feito após ela ser tratada, voltando a apresentar qualidade e limpeza adequadas para ser lançada em rios, lagos ou mar sem causar danos à saúde e ao ecossistema.

Luta deve ser incessante para barrar propostas golpistas e irresponsáveis

A universalização do saneamento é um grande desafio no Brasil, mas as propostas do governo Temer para o setor contrariam o interesse da grande maioria da população brasileira. São medidas de caráter privatista, para atender ao capital, considerando o saneamento básico como um simples negócio.

De acordo com dados do Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), referentes a 2015, o Brasil apresenta um déficit de 42,4% da população sem atendimento ou com atendimento precário de abastecimento de água, 51,2% de esgotamento sanitário e 44,3% de manejo de resíduos sólidos.

Esses déficits demonstram a necessidade da presença e atuação do Estado para a universalização desses serviços, a exemplo do que aconteceu em países considerados desenvolvidos e em desenvolvimento.

Estudo realizado por instituições internacionais, em 2015, aponta que a tendência global é de reestatização, com 180 casos nos últimos 15 anos (de 2000 a 2014), e de remunicipalização dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário que haviam sido privatizados em 35 países.

Um dos motivos da mudança de rumo foram as falsas promessas das empresas privadas, que não atingiram as metas estabelecidas nos contratos, levando à queda da qualidade dos serviços e do atendimento aos usuários, com a priorização do lucro. Outro agravante foi a adoção de políticas de exclusão de populações mais pobres, com a imposição de tarifas mais elevadas, além da falta de transparência e dificuldade de monitorização das atividades pelo Poder Público.

Por tudo isso, é preciso reação e resistência da população e dos movimentos e entidades sindicais, populares, sociais e ambientalistas contrários à privatização. Temos que continuar cobrando da União, estados e municípios a responsabilidade pelo saneamento ambiental como política pública de saúde, reforçando a nossa árdua e incessante luta contra a privatização e a terceirização, para evitarmos que o setor entregue a empresas que têm como único objetivo o lucro.

Devemos lutar para evitar que a nossa empresa de saneamento de Minas Gerais, a Copasa, seja instrumento de interesse privado para obtenção de lucros, enquanto populações pobres ficam cada vez mais distantes da universalização do saneamento.

22 DE MARÇO
DIA MUNDIAL DA ÁGUA